



REPERCUSSÕES NAS IPSS EM 2025

Pensões aumentam 1,25% Salário mínimo sobe para 870 euros

ASSEMBLEIA GERAL

Direção “moderadamente confiante” no futuro-próximo da Cooperação



UDIPSS BEJA

Nova Direção quer quebrar imobilismo e dinamizar instituições do distrito



CPS SALVADOR, BEJA

Das «Férias Missionárias» a uma instituição com mais de 550 utentes



UDIPSS VISEU

Desafios exigem comprometimento, mas também inovação e resiliência



iD

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



Que as IPSS celebrem a sério o Natal

Já as avenidas e ruas das nossas cidades, vilas e aldeias se adornaram com lâmpadas de várias cores que desenham figuras alusivas à época natalícia, tornando as noites menos escuras e bonitas. As grandes superfícies comerciais, as montras das lojas mais pequenas às maiores, bem cedo, começaram a ficar, deslumbrantemente, decoradas. Os interiores e janelas ou varandas das casas ficam mais embelezadas com o cintilar de pequeninas lâmpadas colocadas em árvores apropriadas para esta época, naturais ou artificiais, onde se colocam ainda bolas e fitas coloridas. Há casas em que se põe a figura de um “Pai Natal” a subir umas escadas penduradas na parte exterior das chaminés. Em algumas, cada vez menos segundo a minha percepção, constrói-se o presépio.

O mesmo acontece nos equipamentos sociais das nossas IPSS, onde se costumam fazer pequenas festas nas quais participam os familiares dos utentes. Receio ser injusto se disser que em todos esses equipamentos a figura central é o “Pai Natal”, mas se não forem todos, são a grande maioria. Não defendo que se deva abolir este personagem lendário a quem se passou a atribuir a tarefa de levar às crianças os presentes natalícios. O que já não aceito é que se exclua desta celebração o acontecimento histórico, não só religioso, do que está na origem do Natal. É uma obrigação, no mínimo de honestidade intelectual, não ignorar que celebramos o nascimento de uma criança a quem foi dado o nome de Jesus. Permitam-me os que não estejam tão familiarizados com o facto histórico que transcreva a narração bíblica, mas certificada pelo Flávio Josefo, que foi um historiador e apologista judaico-romano, cujas Obras nos deixaram uma visão do judaísmo durante o século I. Escreveu, assim, o Evangelista Lucas: *«Por aqueles dias, saiu um édito da parte de César Augusto, para ser recenseada toda a terra. Este recenseamento foi o primeiro que se fez, sendo Quirino governador da Síria. E iam todos recensear-se, cada qual, à sua própria cidade. Também José, deixando a cidade de Nazaré, da Galileia, subiu até à Judeia, à cidade de David, chamada Belém, por ser da casa e linhagem de David, a fim de recensear-se com Maria, sua*

mulher, que se encontrava grávida. E quando eles ali se encontravam, completaram-se os dias de ela dar à luz e teve o seu filho primogénito, que envolveu em panos e recostou numa manjedeira.» (Lc 2, 1-7). Esta é a história verdadeira. Repito que nada tem a ver só com o religioso. Essa é a outra dimensão divina, que já reclama pela fé.

É muito estranho, e até paradoxal, as transformações que têm acontecido, ao longo das últimas décadas, às celebrações natalícias. Quando eu era pequeno, dizia-se que o Menino Jesus descia pela chaminé onde se colocava um sapato para que lá deixasse as prendas. Viviam-se esta fantasia como uma feliz magia. Passadas algumas gerações, passou-se a dar a prioridade ao Pai Natal e essa figura continuou a descer pelas chaminés ou a colocar as prendas nos sopés das árvores de Natal. Agora, a grande maioria assim continua chegando alguns pais a levar os filhos a escolherem as prendas, a embrulhá-las em papéis bonitos que, quando as recebem fazem-se surpreendidos, sabendo já o que lá está.

Apesar da descaracterização celebrativa do Natal que vem acontecendo, é bom continuar a viver este tempo, pois, felizmente, ainda há muita gente que preserva os valores que emanam em torno do 25 de dezembro, mantendo as tradições, mas impregnando-as de sentido e não amarrando-as apenas a exterioridades efémeras e a consumos financeiros exageradíssimos.

É bom haver mais luzes de néon a cintilar, que proporcionem mais claridade num tempo muito cinzento pelo individualismo que leva ao acelerar de procedimentos egoístas. Fundamentalmente que sejam uma motivação para deixarmos entrar em nós a verdade, honestidade, o acolhimento dos outros, mesmo que de outras culturas.

É bom haver entrega de prendas que sejam sinal evidente do carinho que se tem por quem as recebe e não tanto pelo custo comercial de cada uma delas. Que este ritual de dar e receber prendas, ajude a compreender que, em muitas circunstâncias da vida, há gestos e acontecimentos, que pelos impactos transformadores operados no mais íntimo da pessoa, têm um

valor incomensurável, mas não têm preço.

É bom enfeitar as casas, colocar nelas a árvore de Natal, como expressão de que sintonizamos com o tempo de festa trazido pela celebração natalícia. Para mim o local mais apropriado para se fazer esta festa é em família. Afinal, ela teve origem no nascimento de um Menino no seio de uma família. É este Jesus, com Maria e José o epicentro destas festas natalícias. Por isso, mesmo os não crentes, por respeito à verdade histórica dos factos deveriam ter em sua casa, nem que seja, um poster evocativo deste acontecimento. O mesmo digo das nossas IPSS. Que não se aproveite a ocasião para fazer qualquer tipo de proselitismo. Com isso não concordo. Apenas, proponho empenho por apresentar a história com verdade.

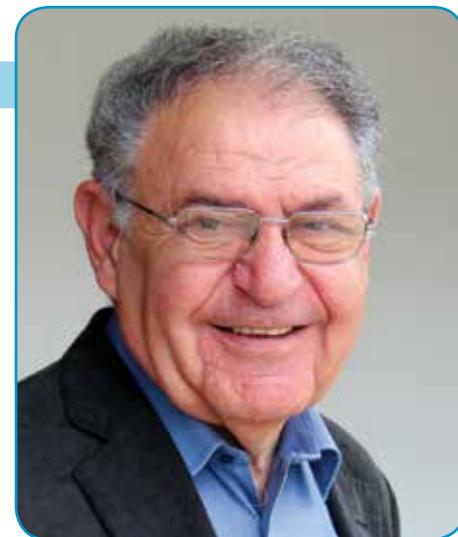
Estas mesmas preocupações teve o Bispo Manuel Martins ao escrever um poema do qual retiro alguns extratos. *«Estamos no Natal e Tu és Natal/ Quem o sabe?/ Quem o sente?/ Quem o testemunha?/ Envergonho-me ter de confessar que/ eu sei/ eu sinto (às vezes) mas/ eu não testemunho/ E a prova está na minha conformidade com/ tanta fome, tanta guerra, tanta exploração, tanta hipocrisia/ E a prova está em que vou avançando na estrada/ sem ver quem está na berma/ quem foi arrumado pelo mais forte ou pelo mais hábil; quem chora porque não tem casa, nem trabalho, nem carinho de ninguém; quem mói, amargurado, o abandono dos pais ou o abandono dos filhos; quem nunca se sentiu estimulado com um sorriso, um parabéns, uma flor./ Então, celebramos Natal sem Natal, porque o Natal é atenção/sorriso/partilha. O Natal é justiça/caridade/Amor./ O Natal é parar/ ver e ouvir com os olhos do coração./ O Natal é ajudar a levantar e andar./ O Natal é fornecer razões de viver e de esperar./ O Natal é cantar a vida./ Porque o Natal és Tu./ Sem ti, não há Natal./ Então...então é verdade./ Tristemente verdade: isto que nós celebramos com tanta festa/tanta corrida/tantas prendas/tantas saudações/tantos votos/tanta música/tantos gastos./ Isto não é Natal. Não pode ser Natal. Natal, meu Menino só contigo. Natal, meu Menino, só Tu.»¹*

Fica para reflexão...

¹ CF. MANUEL MARTINS, PREGÕES DE ESPERANÇA, PAULINAS EDITORA, PRIOR VELHO 2014, 26 E 27.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



VIVÊNCIAS DA SEXUALIDADE, AFETOS E RELAÇÕES DE INTIMIDADE

O caso das pessoas com deficiência apoiadas pelas IPSS

Como todas as outras, a pessoa com deficiência deve poder aceder, querendo, a uma expressão e vivência da sexualidade que contribua para a sua saúde física e psicológica e para o seu sentido de realização pessoal. A CNIS assumiu a importância do tema e a necessidade de conferir mais competências às instituições que cuidam das pessoas com deficiência e mais voz a estas últimas, discutindo o assunto de forma aberta e sem complexos. Assim, em 29 de outubro último, promoveu um seminário que decorreu no Casino Fundanense, no Fundão, cujas conclusões se agora se partilham.

O pressuposto de base radica no facto de as pessoas com deficiência terem o direito a tomar decisões de forma autónoma também quanto à sua sexualidade, afetos e relações de intimidade, sendo este direito um direito fundamental dirigido à manutenção da dignidade de cada pessoa e comportando apenas as restrições que sejam necessárias em cada concreta situação individual.

Nesta ótica, vimos que ao anterior modelo, assente numa vertente médica e social, se seguiu um novo paradigma, baseado nos direitos humanos das pessoas com deficiência, modelo esse que procura reconhecer a dignidade inerente a todas as pessoas, reconhecendo ainda que as pessoas com deficiência são sujeitos de direito, com liberdade de escolha e controlo sobre onde, com quem e de que modo querem viver. O quadro jurídico português tem vindo, nesta matéria, a evoluir para um sistema mais próximo do novo paradigma, mas a evolução tem sido lenta, havendo ainda uma predominância assinalável de decisões em que os acompanhantes têm poderes de representação geral (ou seja, um modelo de substituição, inclusive quanto a direitos pessoais), mesmo nos casos de deficiências ligeiras a moderadas.

É nesse contexto que os direitos sexuais e reprodutivos podem ser encarados como a “última fronteira”, principalmente se considerarmos que o desenvolvimento sexual em adolescentes com deficiência intelectual tem o potencial de aumentar a ansiedade nos seus cuidadores.

Particularmente a condição de ser mulher e a condição de ter uma deficiência muitas vezes entrecruzam-se, dando lugar a formas específicas de violência e discriminação que atingem especificamente os direitos fundamentais das mulheres e raparigas com deficiência. Estas formas

DR



incluem práticas como a esterilização e o aborto involuntários e têm uma relação estreita com a questão da capacidade jurídica. Ao desafio de serem socialmente reconhecidas como mulheres, segue-se para as mulheres com deficiência o desafio de serem social e juridicamente reconhecidas como mães, encontrando-se significativamente sobre-representadas nos processos de promoção e proteção.

As questões da sexualidade e das relações de intimidade das pessoas com deficiência são complexas, multidimensionais e levantam dúvidas e desafios para os utentes, para os trabalhadores e para as famílias. Levantam igualmente dúvidas e desafios às instituições – quando não desconforto – quando postas perante situações às quais não sabem como reagir ou dar resposta. Importa, assim, que as instituições se preparem para os difíceis equilíbrios entre as suas próprias perceções, as necessidades e decisões dos seus utentes e o papel da família nesta equação, preocupação que também a CNIS assumiu como sua, ao abraçar este tema. O modelo de gestão e organização das Instituições tem de ser capaz de dar voz aos seus utentes e de valorizar essa voz. Na prestação de cuidados a cada utente – que é único e irrepitível – há que garantir e respeitar os seus direitos e opções também quanto ao modo como vive, ou pretende viver, a sua intimidade e sexualidade, sem emitir juízos de valor e com

respeito pelas suas diferenças e identidades.

As muitas barreiras que afetam as pessoas com deficiência e as suas famílias no que toca à vivência da sua sexualidade, seja no acesso a formação e educação sexual, seja nas formas extremas de prevenção da violência e do abuso sexual, seja na própria consciencialização para as questões relacionadas com a saúde sexual, devem assim ser superadas com a intervenção e o apoio das equipas de profissionais. Estas devem resistir ao capacitismo e aos mitos associados à sexualidade das pessoas com deficiência, promovendo a literacia em saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva; apoiando os utentes nos processos de tomada de decisão em relação a si mesmos e à sua vida, com respeito pela sua autonomia; apostando na multidisciplinaridade, na formação contínua e na definição de protocolos de atuação.

Dos trabalhos do seminário ressalta novamente a ideia de que a individualização dos cuidados é hoje um dos maiores desafios postos às instituições, bem como a ideia de que o cuidar não é executar a tarefa, é sim atender à pessoa concreta, à sua individualidade, autonomia e diversidade. Esta ideia – que faz do utente o centro da prestação de cuidados – não pode deixar de se repercutir nos trabalhadores, nos dirigentes, nas próprias instituições e na sua gestão e organização, bem como nas famílias dos utentes.

OBRAS SOCIAIS DE VISEU

Vestir o pijama e promover a resposta de acolhimento familiar

Numa ação conjunta entre a resposta social Viseu Afetos – Acolhimento Familiar e a Creche e Pré-escolar, as Obras Sociais Viseu abraçaram, uma vez mais, aquela que é também a sua visão: criar e promover percursos de vida mais felizes e dignos em todas as idades.

Este ano, como já vem sendo hábito, as equipas do Viseu Afetos - Acolhimento Familiar e da Creche e Pré-escolar uniram-se à Missão Pijama, uma iniciativa criada pela Mundos de Vida, com a finalidade de sensibilizar o país para a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, nomeadamente, o “direito de uma criança crescer numa família”, sendo o acolhimento familiar uma forma de assegurar este direito, já que esta medida pretende reduzir o número de crianças institucionalizadas.

O dia tem como principal objetivo alertar a sociedade para a necessidade do acolhimento familiar, evitando que as crianças que entram no sistema de promoção e proteção e sejam afastadas da sua família biológica, vivam em casas de acolhimento, principalmente quando apresentam tenra idade.

Para assinalar este dia, a equipa da Creche e Pré-escolar das Obras Sociais de Viseu proporcionou um dia especial a todas as crianças com vários momentos ao longo do dia, desde a confeção de bolachas caseiras «Mãos na Massa», que depois partilharam com todos os trabalhadores da instituição, à elaboração das «casinhas da família» com a fotografia das famílias das crianças e ainda um tempo para a leitura de historinhas nas tendas, para a criação em 3D das personagens da história «O Galo Galaró», lançada pela Mundos de Vida.

As crianças brincaram, pularam e dançaram ao som de várias músicas, num dia que terminou com o «Desfile do Pijama».

As crianças tiveram ainda a visita especial da equipa do Viseu Afetos - Acolhimento Familiar com a atividade «Crescer é em Família», um momento dedicado à sensibilização para a importância da família e para a realidade de muitas crianças que, neste momento, necessitam temporariamente de uma família, numa ação de sensibilização realizada através da leitura de um conto alusivo à família.

Aproveitando o Dia do Pijama, foi um dia dedicado às crianças e à importância de todas poderem e deverem crescer numa família, com cuidado, afeto, segurança e proteção, elementos essenciais na infância, mas que ainda não fazem parte do dia a dia de muitas crianças.

Nesse sentido, o compromisso da equipa Viseu Afetos é continuar a dinamizar um conjunto de ações de sensibilização para as crianças em algumas Escolas Básicas do 1.º Ciclo do concelho de Viseu, para dar a conhecer às crianças, através de um conto, o que é o acolhimento familiar.



CAMPANHA NACIONAL

Este é um trabalho essencial, até porque, tal como o governo reconheceu recentemente, as famílias não estão sensibilizadas para o acolhimento familiar.

Há duas edições o Solidariedade deu conta de algum mal-estar das instituições, precisamente, pela falta de sensibilidade e conhecimento do que é a resposta de Acolhimento Familiar.

Por isso, o Governo lançou uma nova campanha nacional pelo acolhimento familiar, #todosjuntospecolhimentofamiliar.

A iniciativa é promovida pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em parceria com as três entidades gestoras do sistema de acolhimento familiar (Instituto da Segurança Social, a Casa Pia de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) e pretende sensibilizar e informar a sociedade e captar potenciais candidatos a famílias de acolhimento.

Portugal tem 356 crianças em famílias de acolhimento, um número “bastante residual”, face ao total de crianças institucionalizadas, e que o Governo pretende ver aumentar em



resultado da nova campanha nacional.

A campanha “vai durar todo o ano”, com ações concretas ao nível dos vários municípios, estando visível tanto nas redes sociais, como em cartazes. De acordo com a secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, “importa explicar o que é uma família de acolhimento, que se trata de uma medida temporária e para a qual as famílias têm vários apoios”.

Paralelamente, as instituições vão fazendo o seu caminho, não só implementando a resposta, como dar a conhecer e a promover a missão de ser família de acolhimento.

ENCONTRO ANUAL DAS IPSS DO DISTRITO DE VISEU

Reunião em torno da comunicação, intergeracionalidade, formação e sustentabilidade

A União Distrital das IPSS de Viseu realizou mais um Encontro Anual, o primeiro sob a Direção presidida por Celestino Martins e que contou com grande participação das instituições do distrito.

O auditório do Instituto Politécnico de Viseu encheu-se para ouvir os diversos convidados abordar questões de interesse para as IPSS, como comunicação, intergeracionalidade ou formação.

No arranque do encontro, o presidente da UDIPSS Viseu retratou, sucintamente, a situação do sector no distrito.

“Estamos num contexto desafiador, onde o dever de prestar serviços de solidariedade social é crescente. As dificuldades económicas, as mudanças demográficas e as transformações sociais têm influenciado, cada vez mais, as famílias e as comunidades que dependem dos nossos serviços. Sabemos que são desafios que exigem não apenas comprometimento, mas também inovação e resiliência”, afirmou Celestino Martins, lembrando: “Sabemos que um dos maiores desafios das IPSS é assegurar a sustentabilidade financeira, social e ambiental, mantendo um equilíbrio entre o cumprimento das obrigações sociais e a gestão financeira. E a sustentabilidade financeira é a base que nos permite continuar a servir. Mais do que nunca, devemos equilibrar o nosso compromisso social com uma gestão responsável dos recursos”.

Sobre a questão dos recursos, D. António Luciano, bispo de Viseu, foi bastante afirmativo: “Gostaríamos de ter mais apoio do Estado, porque a prevenção não se faz sem meios”.

Os trabalhos, que decorreram ao longo de toda a manhã de 5 de novembro, contaram com diversos palestrantes como Miguel Bacelar, professor convidado do Instituto Politécnico de Leiria, que abordou a temática «Sector Social: comunicar como e para quem», a partir da sua experiência como presidente da Associação dos Albergues Noturnos do Porto, ou Maria de Jesus Névoa, diretora-técnica e autora do livro «Posso falar-te de velhos?», que, através de uma apresentação muito dinâmica e cativante, tratou do tema «Intergeracionalidade, o contributo das respostas sociais da creche à ERPI», entre outros.

Os desafios na área da sustentabilidade e equilíbrio financeiro que se colocam às instituições do Sector Social Solidário são imensos.

E o que os palestrantes transmitiram foi a necessidade de as IPSS trabalharem permanentemente num patamar de exigência extremamente elevado. Nesse sentido, “a excelência na comunicação, interna e externa, a transparência de ações, a reputação e notoriedade da marca ou a adoção de práticas de gestão modernas são fundamentais”, resumiu, no final, Celestino Martins, acrescentando: “Assim, a definição de uma estratégia de atuação clara e transparente



e a consolidação de um modelo de sustentabilidade financeira são, já nos nossos dias, o patamar mínimo exigido a uma IPSS”.

Outra matéria abordada foi a da formação, tendo Pedro Bento, gestor de formação, apresentado o plano de formação da UDIPSS Viseu para o ano de 2025, preenchido com muitas e variadas formações.

“Sabemos da importância da formação profissional, que, para além da obrigatoriedade legal, se reveste de extrema relevância para a qualidade do serviço prestado pelas nossas instituições”, sublinhou Celestino Martins, que antes já havia sustentado que “o trabalho das IPSS vai muito para além do atendimento às necessidades básicas dos nossos concidadãos”, pois as IPSS, “não ajudam, apenas, a transformar vidas, são os pilares fundamentais na promoção da coesão social, dignidade e igualdade”.

No encerramento, Joaquim Seixas, diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, reconheceu esta realidade, defendeu que a cooperação entre todas as partes é essencial,

afirmando ainda ser necessário cooperação entre todos para “criar condições para a sustentabilidade das instituições”.

Sobre este assunto da sustentabilidade, o presidente da CNIS lembrou que as “instituições estão a fazer algo que o estado não faz, e como as instituições fazem e chegam onde o Estado não chega, este tem de se chegar à frente”, alertando os presentes para que “não se desviem da missão, porque as IPSS não são empresas sociais”.

Defendendo um estreitamento na “colaboração e parceria entre as instituições e as autarquias” e a promoção de “uma maior articulação entre as instituições para assim ganharem economia de escala”, o padre Lino Maia sublinhou que “as IPSS são especialmente importantes no interior, onde, sem elas, a atividade económica seria mais pobre, estaria mais isolado e mais distante, porque as instituições públicas vão abandonando, mas as IPSS estão lá por causa das pessoas”.

Por fim, o líder da CNIS lembrou todos os presentes que “as instituições têm três áreas que têm de estar interligadas: a dos dirigentes, pelo que há que reconhecê-los e cativar novos; a dos trabalhadores, que apesar de não receberem salário justo, podem sentir-se dignificados, e a dos utentes, que temos de envolver cada vez mais e torná-los mais ativos nas instituições, até na gestão”.

Uma manhã de trabalho em torno de questões que importam às instituições e que contou com grande participação das instituições do distrito de Viseu.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

CONCEIÇÃO CASA NOVA, PRESIDENTE DA UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE BEJA

Temos a ambição de chegar a todas as instituições e dispor de uma sede própria

Capital do Baixo Alentejo, Beja empresta o nome ao maior distrito de Portugal, contando com 14 concelhos e 75 freguesias. A etapa da Volta a Portugal desta edição foi até um território de grandes distâncias entre localidades e onde há ainda uma numerosa população a viver isoladamente, em virtude da geografia.

A perder população ano após ano – segundo os dados do Censos 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o distrito de Beja tinha 153.599 habitantes, menos 9.516 do que em 2011, o equivalente a 6,20%, quando registava 144.083 residentes –, a população do distrito conta com um total de 91 IPSS, 59 associadas da União Distrital, um sector que, para além de tudo o mais, são a maior força empregadora no vasto território alentejano.

A sustentabilidade financeira é apontada por Conceição Casa Nova, presidente da União Distrital das IPSS de Beja, como o principal desafio das instituições do distrito, cuja estrutura que unir e dinamizar ainda mais.

Sendo a mais recente União Distrital criada no universo da CNIS, a estrutura de Beja tem sofrido de algumas dores de crescimento, até porque todo o processo de criação foi, como toda a sociedade, atropelado pela pandemia de Covid 19.

Das recentes eleições para os órgãos sociais emergiu uma nova equipa para o quadriénio 2025-2028, cuja Direção continua a ser presidida por Conceição Casa Nova.

SOLIDARIEDADE - Que retrato podemos traçar das IPSS do distrito de Beja?

CONCEIÇÃO CASA NOVA - As IPSS são uma realidade na sociedade portuguesa, encontrando-se dispersas por todo o país, agindo nas mais diversas valências para acorrer às necessidades sociais. O distrito de Beja não é diferente dos outros distritos. Temos um território de grande dimensão, que abrange 14 concelhos, com vários tipos de instituições que fazem um trabalho exemplar no apoio às populações. Apesar de dependerem do Estado, têm identidade própria. Têm a sua ação, imprescindível, por todo o vasto território do distrito de Beja. São instituições com credibilidade junto das suas comunidades. As populações sabem que quando têm dificuldades, podem bater à sua porta e são reconhecidas como parceiros credíveis junto de todos os outros parceiros sociais, nomeadamente as autarquias locais e as instituições de ensino.

Qual o grande obstáculo que as instituições enfrentam atualmente para melhor prosseguirem a sua missão?

São de várias ordens os obstáculos que as instituições enfrentam, nomeadamente, e tendo em conta a área de atuação de cada uma, a sua sustentabilidade financeira. O financiamento,



isto é, os acordos de cooperação, em qualquer valência é insuficiente, não tem acompanhado o aumento dos custos de contexto e não tem tido em conta a diferentes realidades existentes, nomeadamente a grande dispersão geográfica que temos no distrito de Beja. De referir que as instituições recebem mensalmente (12 meses por ano) o valor pago pela Segurança Social e pagam aos seus funcionários 14 salários por ano e as correspondentes contribuições para a Segurança Social correspondentes a 14 salários por ano. Esta realidade, aliada aos baixos rendimentos das famílias e à falta de mecenias, torna ainda maior a dificuldade que é sentida por todas as instituições em todas as outras regiões. Outro dos obstáculos prende-se com a dificuldade na renovação dos seus órgãos sociais e com a falta de pessoas com disponibilidade para assumir estas funções, que são cada vez mais exigentes e com maior responsabilidade em termos de tempo e de dedicação e que são desempenhadas na maior parte das instituições em regime de voluntariado.

Em termos de respostas sociais, quais as grandes lacunas no distrito?

Apesar dos rácios muitas vezes publicados afirmarem que o número de instituições para a totalidade dos habitantes na região existe em quantidade suficiente, verificamos que em todas as instituições existe uma enorme lista de espera, mesmo até nas instituições privadas. Nas IPSS, onde os preços de referência poderão

ser menos elevados, essa lacuna é ainda maior e mais grave. A grande extensão e dispersão geográfica torna extremamente difícil a cobertura de toda a região no que se refere a apoio domiciliário e até mesmo a centros de dia e creches, embora esta realidade seja diversa de concelho para concelho. À semelhança do que acontece em todo o Alentejo e até no país em geral, outra das grandes lacunas, em termos de valências, é a capacidade de resposta para pessoas com deficiência, quer seja na área da infância e juventude quer na chamada terceira idade. A inexistência de instituições na área dos cuidados continuados para receber utentes em situação de alta hospitalar, que não reúnem condições para regressar à sua habitação, tem como consequência que os mesmos sejam encaminhados para as ERPI, que acabam por estar, quase sempre, com a sua lotação esgotada. Outra das lacunas ainda, mas em fase de resolução, prende-se com a inexistência de uma entidade enquadradora de famílias de acolhimento, uma solução que deverá ser privilegiada para acolhimento temporário de crianças dos 0 aos 6 anos.

O recrutamento de mão de obra é um problema também vivido pelas instituições do distrito?

Nas IPSS, os recursos humanos ocupam um papel muito relevante, uma vez que assumem particular importância pela natureza social e humana das atividades que desenvolvem de pessoas para pessoas. O recrutamento de mão

de obra é um verdadeiro problema. Apesar dos vários aumentos do salário mínimo, ocorrido nos últimos anos, medida muito positiva e de grande importância, os vencimentos continuam a ser insuficientes para pagar um trabalho tão desafiante e tão exigente como é o trabalho numa instituição deste sector, seja com idosos, seja com crianças. O trabalho por turnos torna ainda mais difícil este trabalho e consequentemente o recrutamento de mão de obra qualificada para este sector que é o maior empregador do distrito.

Se estivesse numa posição de poder, qual a primeira medida que tomava em prol das instituições?

Garantir a sua sustentabilidade, tendo em conta que prestam um serviço que o Estado não está em condições de prestar diretamente, e apostar na formação de profissionais para as várias áreas do sector social.

Sendo a última União Distrital a formar-se, o processo de constituição tem sofrido alguns contratemplos. Como tem sido o processo de constituição da UDIPSS Beja?

A constituição da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Beja não foi um processo fácil, uma vez que o seu início coincidiu com a pandemia da Covid 19. Contudo, a União Distrital foi capaz de ultrapassar as dificuldades que sempre surgem no início de qualquer processo e atingiu hoje um estágio de desenvolvimento e consolidação, que consideramos muito satisfatório, embora ainda longe do desejável. Somos reconhecidos pelas instituições associadas pela aproximação que temos promovido, através de momentos de partilha e de formação e da disponibilidade no esclarecimento de dúvidas que amiúde nos são colocadas. Para isso, contamos com o competente apoio jurídico por parte de uma igualmente competente assessoria jurídica e, claro, também temos contado com o apoio da CNIS. Temos como ambição chegar a todas as IPSS do distrito e dispor de uma sede própria. As eleições que decorreram no passado dia 28 de novembro elegeram novos órgãos sociais, que contam com elementos da anterior Direção e novos elementos. Estou certa de que seremos capazes de concretizar esses objetivos.



Como é a relação das associadas com a União e quais as solicitações mais frequentes?

Temos uma excelente relação com os nossos associados. Tendo um distrito de grande dimensão, nem sempre é possível um contacto mais frequente e mais próximo como gostaríamos, visitando todas as instituições. Para colmatar essa dificuldade, procuramos organizar encontros distritais, que constituem momentos privilegiados de partilha de informação, de formação e de boas práticas. As solicitações mais frequentes são os pedidos de parecer sobre questões laborais e sobre legislação.

E como é a relação com a CNIS?

Temos uma excelente relação com a CNIS. A presidente da Direção participa dos Conselhos Gerais da CNIS e nas Assembleias Gerais com regularidade. A CNIS tem respondido a todas as nossas solicitações, marcando presença em todos os eventos para os quais é convidada e estando sempre disponível para prestar a ajuda e os esclarecimentos pedidos e informando atempadamente sobre os acordos e correspondente legislação.

O PRR chegou às instituições de Beja? Como tem decorrido a sua execução?

Temos uma fraca informação daquilo que se está a passar em termos de PRR. Chegam-nos informações sobre a dificuldade que algumas associadas têm em elaborar candidaturas e outras não se candidatam porque não têm condições financeiras para financiar a parte que lhes cabe. Consideramos que há ainda um caminho a percorrer para que o reconhecimento da União Distrital como um parceiro indispensável e privilegiado junto das entidades do Poder Central e Regional seja uma realidade e uma evidência.

A UDIPSS Beja vai organizar, juntamente com a CNIS, a XVIII Festa da Solidariedade. Quais as expectativas?

Neste momento, não temos ainda informação oficial sobre quem vai organizar a próxima Festa da Solidariedade, uma vez que, por razões de saúde, não marquei presença no último Conselho Geral onde esse assunto foi discutido. Regozijamo-nos com essa possibilidade. Receber a Festa da Solidariedade em Beja será para nós uma grande honra e se essa possibilidade se concretizar, tudo faremos para que a Chama da Solidariedade seja recebida com toda a dignidade por todos os atores sociais, incluindo autarcas e instituições oficiais. Gostaríamos que a Festa da Solidariedade fosse um excelente pretexto para uma maior aproximação de todos e divulgação do trabalho das instituições, aliando momentos culturais e lúdicos a momentos de reflexão sobre o futuro do sector social.

Será um momento bom para cimentar a relação entre as IPSS do distrito, sabendo-se que é um território vasto e onde as distâncias ainda são um obstáculo?

Será, seguramente, mais um bom momento para cimentar as relações entre as IPSS do distrito, todos os parceiros e todos os envolvidos neste sector. Com o apoio das autarquias de todo o distrito, seremos capazes de encurtar distâncias e promover e divulgar o trabalho, mas também as dificuldades enfrentadas por este sector, que tão relevantes serviços presta à nossa sociedade.

Órgãos Sociais da UDIPSS Beja para o quadriénio 2025-2028

Assembleia Geral

Presidente: Ana Maria Batista Gordo
Secretária: Helena Seita
Secretário: Carlos do Nascimento Vitoriano
Suplente: Maria Bárbara Troncão Cinza

Vogal: António Eusébio Penalva Loução
Vogal: Sandra Maria Alves Fialho de Almeida Palma Ferro
Suplente: Joaquim Mário da Silva Ferreira
Suplente: Nuno André Baltazar Catarino

Direção

Presidente: Mara da Conceição Guerreiro Casanova
Secretária: Ana Maria Marujo Bule
Tesoureiro: João Pedro Passinhas Cascalheira

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Pedro Rosa Amaro
Vogal: Domingos Manuel Madeira Bragadesto
Vogal: José Joaquim Caneca Baguinho
Suplente: António Lúcio Marreiros Fraústo

CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DO SALVADOR, BEJA

Há falta de emprego em Beja, mas só imigrantes se candidatam a trabalhar na instituição

Do que, no final dos anos 1960, era perspectivado como um pequeno Centro de Convívio, que proporcionasse condições para que populações muito carenciadas de certos bairros de Beja tivessem alguma dignidade, a uma instituição com mais de 550 utentes e mais de 170 funcionários como é nos dias de hoje, o seu fundador e principal impulsionador, o padre Henrique, como é conhecido, diz tão simplesmente: “Nunca pensei que isto fosse o que é hoje, mas as necessidades empurraram-nos até aqui. No entanto, o futuro preocupa-me, porque a natalidade está a diminuir”.

Corria o ano de 1967 quando, a pedido do bispo de Beja, os padres da Ordem dos Carmelitas assumiram a paróquia do Salvador naquela cidade.

No ano seguinte, Maria Senra, da «Legião de Maria», chegou à paróquia, onde fundou um «Presidium» na paróquia de Salvador.

“Eu fiquei encarregado de ser o diretor espiritual desse grupo da «Legião de Maria», recorda o padre Henrique Martins, que revela os fundamentos da criação do que hoje é o Centro Paroquial Social do Salvador: “Achei por bem fazer aqui em Beja umas «Férias Missionárias», que a «Legião de Maria» promovia em diversos outros locais do país, contando sempre com muitos voluntários. Até porque aqui tínhamos muitos bairros de lata e gente muito pobre, alguns nem eletricidade tinham”.

No seguimento das «Férias Missionárias», que tinham forte impacto junto das comunidades mais carenciadas, como era o caso do bairro do «Pelame», e atraíram até Beja muitos voluntários de variadas regiões do país, a determinada altura surgiu a o projeto de construir uma espécie de centro de convívio, cujas instalações, para além de espaços para encontro e reflexão, incluíam balneários e outras facilidades no seio de uma comunidade que nada tinha.

Porém, com o eclodir da Revolução dos Cravos, o terreno foi ocupado e ali foram construídas algumas casas.

“Ficámos sem o terreno... e não esqueçamos que o 25 de Abril aqui foi um bocado turbulento”, lembra o padre Henrique.

Do grupo de voluntários que faziam as «Férias Missionárias», três ficaram em Beja e ajudaram o padre Henrique a erguer a obra de ação social.

Já nos anos 1980, o novo bispo de Beja, D. Manuel Falcão, decidiu relocalizar mais acima a intervenção social da Igreja naquele território, cedendo terrenos do seminário, mas para um equipamento maior.

“A ideia já não era ser um simples centro de convívio para apoiar as pessoas mais carenciadas daqueles bairros, mas uma coisa mais vasta”, recorda o padre Henrique, sublinhando que “a ideia inicial nunca contemplou a construção de um lar, era apenas centro de dia, infantário e ATL”.

“Queríamos apenas um Centro de Dia porque,



naquele tempo, achávamos que as pessoas deviam ir dormir a casa dos filhos. No entanto, a vida mudou e os pedidos para lar eram tantos, que fizemos um aditamento ao projeto, uma vez que o infantário já estava construído”, conta.

Então, aproveitou-se o espaço por cima das salas do infantário, que era o sótão, e fizeram-se lá os quartos do lar do, agora, Polo I.

“O Centro de Dia acabou porque os utentes foram ficando tão debilitados e havia algumas famílias que já nem vinham buscar o familiar ao fim do dia. Tivemos um primeiro caso, que alojámos num dos quartos que tínhamos para alguma emergência e tudo partiu a partir dali”, conta a Lucinda, uma das três missionárias que foi alicerce do padre Henrique para fundar o centro Paroquial e Social do Salvador.

“O Centro de Dia criava-nos muitos

problemas, porque os utentes achavam que tinham prioridade para o lar, quando havia inscrições mais antigas. E, também, por isso acabámos com o Centro de Dia”, argumenta o presidente da instituição, acrescentando: “Quando nasceu esta urbanização envolvente, reservaram-se cinco lotes para o serviço social e construiu-se ainda uma igreja. Então, instalámos aqui o Polo II, com serviço exclusivo a idosos”.

Quanto ao Polo I, o edificado original não mais foi alargado, no entanto, consoante as necessidades, e com o surgimento do Polo II, foram-se adaptando as instalações, criando novas salas de ATL que dantes eram da catequese ou um dormitório na antiga capela da paróquia, entre outras alterações”.

Nos dias que correm, a instituição, na área



da infância, acolhe 117 bebés em Creche, 138 crianças em Pré-escolar e 130 em Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) e, na área dos idosos, 78 na ERPI do Polo I e 92 na do Polo II.

Note-se que, até dezembro de 2023, a ERPI do Polo II funcionava como um lar privado, sem qualquer acordo de cooperação.

“O Polo II funcionou 19 anos sem acordos de cooperação. O lar foi aberto a quem mais podia pagar, mas as pessoas não pagavam aquilo que deviam realmente pagar. Como somos uma IPSS havia uma atenção a algumas famílias que tinham efetivamente necessidade do lar e, não tendo vaga no Polo I, vinham para este e não pagavam a totalidade da mensalidade devida”, refere Raquel Veloso, diretora-técnica da instituição, acrescentando: “Isto era um lar privado, mas com uma mensalidade social. Levou algum tempo até aplicarmos o custo real aos utentes. Daí a necessidade da candidatura ao Procoop. São 92 vagas, se fossem 40 conseguíamos fazer face às despesas. Agora, com o acordo estamos melhor financeiramente”.

O que também tem contribuído para o recente bom desempenho financeiro da instituição bejense é a Creche Feliz.

“Como os rendimentos aqui na região são muito precários, tínhamos mensalidades muito baixas, mas, agora, com a comparticipação total do Estado, e como as famílias não têm de pagar, de facto, a Creche Feliz trouxe-nos felicidade, ao contrário de relatos que temos ouvido de IPSS mais a norte do país”, argumenta Raquel Veloso, que considera a extensão da medida ao Pré-escolar como algo “vantajoso”.

“Os acordos de cooperação são uma mais-valia para todas as instituições. Na nossa realidade, com falta de trabalho, seria uma vantagem a gratuitidade do Pré-escolar, até porque temos uma imensa frequência de crianças filhas de imigrantes, de RSI e de trabalhos precários. Se a mesma medida fosse aplicada ao Pré-escolar, era uma boa garantia para nós”, sublinha, deixando uma crítica: “Sempre achei que, em vez de termos dado prioridade às crianças, o Estado devia ter dado prioridade aos idosos. As crianças têm pais, mas os idosos, apesar de terem filhos, estes não conseguem ajudar, têm reformas são muito baixas. Um custo real hoje em dia no lar é de 1.400 euros, no Polo II, e 1.060, no Polo I, e eles não conseguem fazer face à parte que lhes cabe”.

E os problemas com a respostas de lar não se ficam por aqui. Raquel Veloso lembra a ERPI é mais uma unidade de cuidados continuados do que, propriamente, um lar.

“Tudo isto se complica quando os idosos estão cada vez menos autónomos e mais



dependentes e é necessário reforçar os recursos humanos para além dos rácios exigidos... A circular que enquadra os rácios de pessoal está obsoleta. Na circular pede-se animador social, mas deviam era pedir e participar para fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais, entre outras”, defende.

Ainda assim, a saúde financeira da instituição está equilibrada.

“Sou otimista por natureza e, recentemente, fizemos uma candidatura para acordos de cooperação para o lar do Polo II, que até há bem pouco era totalmente privado, e apesar dos contratemplos, porque só à terceira candidatura conseguimos, sempre insisti que devíamos candidatar-nos. Finalmente, em dezembro de 2023, o Procoop deu fruto e agora temos acordos e conseguimos equilibrar um pouco as contas. A Creche Feliz também ajudou. Tivemos cinco anos de aprovações de contas negativas, mas este ano já foram positivas”, afirma Raquel Veloso, que é, igualmente, a tesoureira da instituição.

Uma outra nova realidade que a instituição tem enfrentado é a falta de mão de obra... portuguesa!

“Atualmente, temos um quadro de pessoal de mais de 170 pessoas das quais 42 são imigrantes. Até fizemos um projeto, uma candidatura à Fundação La Caixa, que consiste criar condições, em termos de formação e de integração, para diminuir as barreiras da comunicação e das questões culturais. E, sim, temos

dificuldade em arranjar portuguesas para trabalhar na instituição. Não sei onde é que estão as portuguesas das faixas etárias dos 30 e 40 anos. Já abrimos diversas candidaturas, mas não aparecem portuguesas, só imigrantes. Temos trabalhadoras da Venezuela, Angola, Colômbia, muitas do Brasil, Moçambique, Cabo Verde e Ucrânia”, revela a diretora-técnica.

Outra dificuldade enfrentada pela instituição, tal como muitas outras em todo o país, foi a pandemia do SARS-CoV-2.

“A Covid foi dramática e perdemos 25 pessoas. A área da infância fechou, tivemos de recorrer ao layoff, a parte administrativa esteve em teletrabalho e, a nível dos idosos, o lar do Polo II esteve quase um ano com 20 vagas por preencher e no do Polo I não foi tanto tempo por causa das vagas da Segurança Social. Recorremos ao horário em espelho, 14 dias e depois sete dias, a adesão dos trabalhadores foi mais fácil no Polo I do que no Polo II, e foram gastos exorbitantes com os equipamentos de proteção individual”, resume Raquel Veloso.

Para o padre Henrique, “o Estado não está a ver com olhos de ver a situação dos idosos e dos CATL. Recebemos apenas 9.000 euros para 130 crianças, com almoço e lanche... O Estado gasta muito mais dinheiro na resposta pública do que gasta com as IPSS, porque “Estado não está a olhar bem para os custos reais de cada criança”.

HUMANITAS

Deficiência intelectual marginalizada na discussão sobre questões ambientais

A presidente da Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental lamentou que as pessoas com deficiência intelectual sejam marginalizadas na discussão sobre os desafios ambientais e adoção de práticas sustentáveis.

No Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que se assinalou no dia 3 de dezembro, Helena Albuquerque disse à agência Lusa que o ambiente é mais uma área, entre outras, em que “as pessoas com deficiência intelectual muitas vezes não são valorizadas da forma que devem”. “É uma área na qual as pessoas com deficiência intelectual têm sido um pouco desvalorizadas, por se achar que a sua opinião não tem valor, e têm sido pouco envolvidas em todas as políticas e temas que respeitam à comunidade”, salientou.

Segundo um comunicado da Humanitas, as pessoas com deficiência “não só são mais

vulneráveis aos impactos negativos das alterações climáticas, como também são mais suscetíveis de serem excluídas das conversações e ações destinadas a proteger e promover o direito a um ambiente limpo e saudável”.

Para estes cidadãos terem uma ação acrescida e socialmente inclusiva em matéria de alterações climáticas, foi lançado há dois anos o projeto “Green Enough”, que envolveu cinco instituições europeias, entre elas a Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL), da Lousã, no distrito de Coimbra.

Os resultados do projeto foram apresentados na Coimbra Business School, no seminário internacional “Green Enough: Capacitação de práticas sustentáveis para todos”, organizado em parceria entre a Humanitas e a ARCIL.

“Este projeto tem muito valor porque não só tem manuais de capacitação em linguagem

acessível para as pessoas com deficiência intelectual, que os informa e capacita, como também tem materiais para os seus cuidadores formais e informais para que possam trabalhar com estas temáticas”, explicou Helena Albuquerque.

Para a responsável, este seminário foi “uma excelente forma de assinalar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e, ao mesmo tempo, permitir que todos percebam a importância e urgência do tema, não apenas no plano nacional, mas a nível internacional”.

Ao longo dos últimos dois anos, o projeto “Green Enough” desenvolveu uma série de materiais didáticos acessíveis para promover a inclusão de pessoas com deficiências de desenvolvimento e/ou intelectuais nas conversas sobre as alterações climáticas e capacitá-las para tomarem as suas próprias decisões no sentido de implementarem práticas sustentáveis.

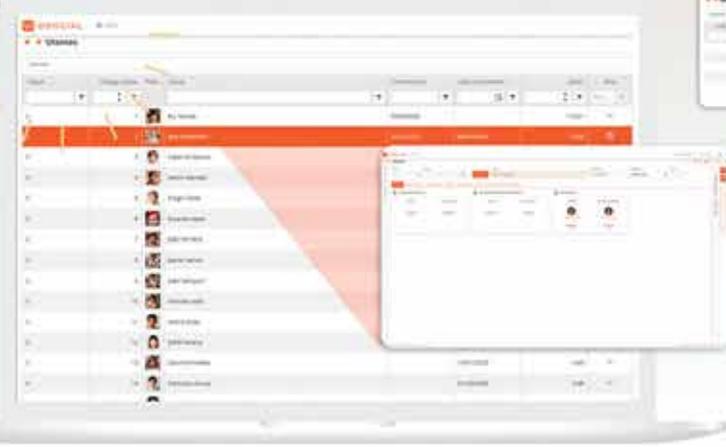
APOSTA CONTÍNUA EM FERRAMENTAS INOVADORAS, PARA O SETOR SOCIAL, que asseguram uma gestão global, integrada e sempre em linha com as exigências legais/fiscais.





- ✓ Gestão completa e eficiente dos recursos
- ✓ Automatização dos processos
- ✓ Comunicação segura e transparente
- ✓ Conformidade legal/fiscal





saiba mais em esocial.f3m.pt

AUMENTOS E ATUALIZAÇÕES PARA 2025

SMN sobe para 870 euros, pensões aumentam 1,25 %

O Governo decidiu aumentar o salário mínimo nacional para 870 euros, mais 50 euros do que o valor atual, a partir de 2025. “Aprovámos o decreto-lei que aumenta o salário mínimo nacional, para o ano de 2025, para 870 euros”, anunciou António Leitão Amaro, ministro da Presidência, no final da reunião do Conselho de Ministros. O salário mínimo está, atualmente, fixado em 820 euros.

O governante referiu que em causa está uma trajetória acordada com os parceiros sociais, que prevê que o salário mínimo ultrapasse os 1.000 euros em 2028.

Leitão Amaro sublinhou que este é um aumento justo e importante, “significativamente superior ao que tinha sido prometido pelo Governo do PS”. “É um esforço significativo para aqueles que mais precisam”, concluiu o ministro da Presidência.

PENSÕES SOBEM 1,25%

O aumento adicional das pensões em 1,25 pontos percentuais foi aprovado durante as votações na especialidade do Orçamento do Estado para 2025 (OE2025), proposto pelo PS, que vai somar-se à atualização regular anual das reformas. A proposta dos socialistas foi viabilizada com a junção de uma maioria de votos de partidos da oposição, com PCP, BE, Livre e PAN a votarem a favor ao lado do PS e a abstenção do Chega. Já o PSD, CDS-PP e Iniciativa Liberal votaram contra.

Este aumento adicional de 1,25 pontos percentuais aplica-se a todas as pensões pagas pela Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, incluindo, por isso, as de velhice, invalidez e sobrevivência.

Numa análise imediata pode concluir-se que as pensões até 855 euros por mês receberam



mais com o bônus extra pago em outubro aos pensionistas do que aquilo que vão receber no conjunto do ano de 2025 com o aumento adicional de 1,25% aprovado no parlamento.

Em outubro deste ano, o Governo decidiu atribuir um bônus, pago de uma única vez, aos pensionistas cujo valor de pensões não excede os três Indexantes de Apoios Sociais (IAS) e que se traduziu num pagamento de 200 euros para pensionistas com pensões até um IAS (509,26 euros); de 150 euros para pensões entre um e até dois IAS (até 1.018,52 euros) e de 100 euros para pensões entre dois e até três IAS (1.527,78).

Ao contrário do pagamento único do bônus, em que o pensionista recebe o dinheiro na conta bancária de uma vez, mas o valor base da sua pensão não se altera, este aumento adicional é estrutural uma vez que aumenta a base da pensão sobre a qual vão incidir as atualizações futuras.

Um pensionista com uma pensão de 1.100 euros, por exemplo, que em outubro teve um bônus de 100 euros, receberá em 2025 mais 192,5 euros, por via do aumento adicional de 1,25 pontos percentuais.

Já pensionistas com reformas de 700 euros e 855 euros brutos, cujo bônus de outubro foi de 150 euros, terão em 2025 mais 122,5 euros e 149,63 euros por via do aumento adicional.

Estes cálculos foram feitos tendo em conta os 14 meses de pensão pagos durante um ano e apenas considerando um ano de aplicação do aumento suplementar de 1,25 pontos percentuais. Porém, como este permanece nos anos seguintes (já que se aplica no valor base da pensão), todas as pensões, independentemente do seu valor, continuarão a beneficiar do efeito desta medida e a acumular o aumento que ela gera de 2025 em diante.

EFEITOS POSITIVOS POR COMPROVAR

Ajuda europeia à integração de cidadãos estrangeiros difícil de avaliar

Os efeitos positivos dos programas de apoio económico-financeiro à integração de cidadãos estrangeiros nos países da União Europeia ainda está por comprovar, concluiu um relatório do Tribunal de Contas Europeu. De acordo com um relatório do TCE, “ainda está por ver qual o verdadeiro impacto da ajuda europeia à integração” de cidadãos provenientes de países terceiros.

Em 2023, estes cidadãos correspondiam a 6,1% da população nos 27 países da UE, pouco mais de 27 milhões de pessoas, e cerca de 73% deste segmento da população vivia na Alemanha (28%), Espanha (16%), França (15%) e Itália (14%).

A União Europeia tem à disposição o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, cerca de 1,9 mil milhões de euros para apoiar a integração de cidadãos de países terceiros entre 2021 e 2027.

Apesar do valor, o TCE concluiu que “é difícil”, avaliar até que ponto este mecanismo “ajudou à integração”, uma vez que os países do bloco comunitário “não recolhem dados sobre o processo de integração”. “É verdade que as medidas financiadas pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração ajudaram na integração”, reconheceu o tribunal sediado no Luxemburgo. No entanto, há “falhas”, nomeadamente a “complicada administração dos programas apoiada, que pode reduzir-lhes a utilidade”, advertiu o Tribunal de Contas Europeu.

O TCE concluiu “que não se pode confiar nas informações dadas pelos países da UE sobre os resultados” do apoio à integração de cidadãos de nações terceiras. O tribunal concluiu que “a Comissão Europeia tinha um bom sistema para analisar as informações enviadas pelos 27 países da UE, mas que a qualidade dos dados nem sempre era de fiar”.

Por exemplo, em Espanha, “os dados de todos os projetos de integração mostram que o número de participantes foi o dobro do comunicado” ao executivo comunitário. “Os 27 procuraram obter dados sobretudo sobre o que os projetos realizaram, como o número de participantes em medidas de integração financiadas pelo ou o número de projetos de integração apoiados pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração”, dá conta o relatório, advertindo que “estas informações só mostram parte da realidade, porque dependem muito dos modelos que os países escolhem para aplicar” aquele mecanismo.

O TCE concluiu que a Comissão Europeia devia “cooperar com os países para apontar as falhas de financiamento” e simplificar o planeamento do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e recolher informações que tornem os projetos apoiados “sejam mais fiáveis”.

ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Há uma vontade séria em se alcan

A CNIS reuniu em Assembleia Geral, em Fátima, neste sábado (dia 23), na qual a Direção viu o Programa de Ação e o Orçamento para 2025 serem aprovados por unanimidade, com os votos favoráveis das 88 IPSS associadas representadas.

A Reunião Magna, apesar do reduzido número de IPSS representadas, foi bastante participada, com os representantes das instituições associadas a levantarem diversas questões com que se deparam no dia a dia.

Algumas situações muito específicas, e que acabam por tocar um vasto universo de instituições, mas a maioria delas acabam por interferir com a sustentabilidade económico-financeira das IPSS.

Sobre esta questão, e perante os inúmeros desabafos e lamentos das instituições, o presidente da CNIS começou por dizer-se “moderadamente confiante” no futuro-próximo.

“Noto neste governo uma vontade séria de cumprir o que está no Pacto de Cooperação para se chegar à comparticipação equitativa”, sustentou o padre Lino Maia, sublinhando: “Acredito que antes de 28 de fevereiro teremos decisões. Não falo em números, mas há vontade de caminhar para esse fim”.

Anunciando que o tema da comparticipação do Estado “poderá ser desligado do Compromisso de Cooperação” e lembrando que “o primeiro-ministro já falou em uma Lei de Financiamento do Sector Social”, o presidente da CNIS rematou: “Acredito que haja uma comparticipação razoável e não deve demorar muito tempo a chegar-se aos 50%”.

Nos diversos períodos abertos à participação dos representantes das instituições associadas foram muitas as questões colocadas, inevitavelmente, dificuldades que as instituições enfrentam diariamente.

Temáticas como as relacionadas com a (in) sustentabilidade das Casa de Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo, tendo sido avançada a proposta de a CNIS promover um encontro das instituições com esta resposta social e elaborar um programa a apresentar ao governo, ou com a diversidade de comportamentos por parte dos centros distritais da Segurança Social. A situação dos acordos atípicos, “cuja comparticipação prejudica as instituições”, as questões em torno do IVA da Habitação Colaborativa, patrocinada pelo PRR e PARES, ou dos lares residenciais para a área da deficiência, tal como a situação das vagas cativas da Segurança Social e a das altas hospitalares foram outras matérias levantadas pelas instituições no plenário.

Em resposta a estas e outras questões levantadas, o presidente da CNIS deu alguns esclarecimentos e algumas informações.

Sobre a Creche Feliz, o padre Lino Maia revelou que “os critérios de admissão serão ponderados”, no entanto, “a atualização da comparticipação não está em cima da mesa e nem sei se virá a estar”, acrescentou.



“Fomos ingénuos em aceitar a gratuidade sem garantir a universalidade”, afirmou, prossequindo: “Os 473 euros, de facto, não chegam, quando o custo é entre 520 e 580 euros. O assunto está parado porque estamos perante um imbróglio”.

O custo da resposta varia entre as instituições, mas o líder da CNIS garante que “só haverá acordo em que o valor da comparticipação salvasse a maior parte das instituições e terá de haver um fundo de compensação para obstar aos prejuízos”.

Já sobre o Pré-escolar e a falada gratuidade, o padre Lino Maia esclareceu que só ainda não está efetivada “porque o Estado não está a pagar”, por isso, “as instituições devem manter as mensalidades às famílias da vertente socioeducativa”, alertou.

O líder da CNIS defendeu ainda que “o SAD é a grande resposta do presente-futuro” e, por isso, é preciso “pensar o SAD de 18 horas por dia”.

Logo no arranque da Reunião Magna, após a apresentação do Programa de Ação e do Orçamento para 2025, entrou na Mesa uma moção, por parte da instituição Inválidos do Comércio, que acabaria por ser aprovada por unanimidade, com 84 votos.

A moção proponha algumas adendas ao Programa de Ação, tais como a CNIS integrar a Comissão Permanente do Conselho Económico e Social (CES), alargar a parceria com o IEFPP para que seja dada formação, em especial a auxiliares de ação direta, que hoje são maioritariamente imigrantes sem qualquer formação na área, e, por fim, “promover a discussão entre os associados nas medidas a incluir num Caderno Reivindicativo a apresentar ao governo para a revisão dos termos do Compromisso de Cooperação 2025-2026”.



Sobre esta moção, o presidente da CNIS que, sobre a entrada para o CES, “é importante que a Economia Social lá esteja, não vai ser fácil e, concretizando-se, não sei se nos vamos sentir bem”.

“Devemos estar, mas representados pelas Entidades Representativas do Sector Social Solidário”, acrescentou, revelando que as quatro organizações estão a elaborar uma proposta para apresentar ao governo.

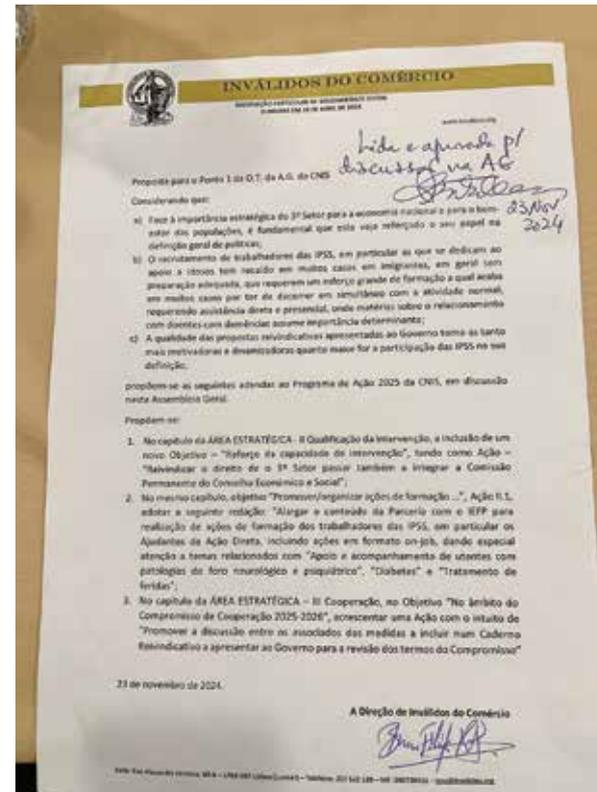
“Seria bom que, a nível distrital, as instituições debatêssem o que é importante constar do Compromisso de Cooperação, porque o país é muito diferenciado e era importante que fosse debatido com celeridade e a nível distrital, um processo que as uniões distritais deviam liderar”, argumentou.

PROGRAMA DE AÇÃO

Para o ano de 2025, a Direção da CNIS avança com um programa vasto que, como habitualmente, toca três áreas de intervenção.

Na Área Estratégica I (Identidade, Autonomia e Valores) passa por comemorar o Dia da CNIS (15 de janeiro), com uma reflexão sobre

...nçar a comparticipação equitativa



«Dirigentes das IPSS – Desafios, Direitos e Deveres», promover e realizar a Chama e a XVIII Festa da Solidariedade, que, em princípio, será em Beja e rever o Regulamento Eleitoral da CNIS e o Estatuto das IPSS.

Já na Área Estratégica II (Qualificação da intervenção), a CNIS pretende «promover/organizar ações de formação para dirigentes e equipas de trabalhadores das IPSS», com formação online dos trabalhadores, em parceria com IIEFP, ações de formação para dirigentes, no âmbito do Projeto CNIS (financiado pelo Programa Pessoas 2030), em parceria com o CoLabor, e ainda ações de formação-ação para trabalhadores e dirigentes, através de candidatura a apresentar ao Programa Pessoas 2030.

Por outro lado, continuar a «proporcionar apoio e acompanhamento técnico e jurídico às associadas», com a elaboração de pareceres, circulares técnicas e outros instrumentos de apoio, no âmbito do Projeto CNIS (financiado pelo Programa Pessoas 2030).

Em 2025, a CNIS propõe-se «organizar momentos de reflexão e debate sobre temas relevantes para a intervenção das IPSS», tocando a transversalidade da educação nas respostas sociais e socioeducativas, a multidimensionalidade do envelhecimento, as vivências da sexualidade, afetos

e relações de intimidade – nas pessoas mais velhas, nas pessoas com deficiência e com incapacidade, apoiadas pelas IPSS, e sobre modelos de representação e acompanhamento dos utentes das IPSS e o papel deste sector nesse processo.

A negociação do Contrato Coletivo de Trabalho com as frentes sindicais, a realização de auditorias financeiras, incentivar e apoiar a cooperação interinstitucional e a elaboração da Central de Balanços são outras matérias que a Direção vai implementar no ano vindouro.

Quanto à Área Estratégica III (Cooperação), relativamente ao Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, pretende-se avançar com o cálculo dos custos médios reais das diferentes respostas sociais, nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde, pela Central de Balanços da CNIS, no âmbito do Projeto CNIS (financiado pelo Programa Pessoas 2030), dos custos técnicos das diferentes respostas sociais, nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde, pelo Departamento Técnico da CNIS, no âmbito do Projeto CNIS, para além do acompanhamento do cumprimento do mesmo.

Já no âmbito do Compromisso de Cooperação 2025-2026, a CNIS propõe-se realizar sessões explicativas do acordo alcançado às associadas, incluindo às da Região Autónoma da Madeira,

promover encontros e reuniões com associadas e outras entidades das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, acompanhar a execução do Compromisso, nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde, participar e acompanhar as matérias ao nível da Comissão Nacional de Cooperação (CNC), acompanhar e apoiar os representantes da CNIS nas Comissões Distritais de Cooperação (CDC), participar em comissões/grupos de trabalho e de acompanhamento que venham a ser criados nas áreas da Ação Social, Educação e da Saúde e participar na elaboração da Adenda ao Compromisso, entre outras ações previstas.

Sobre a Área Estratégica IV (Capacitação e Organização interna), a CNIS, na vertente da formação/capacitação, quer proporcionar ações de formação aos trabalhadores da CNIS e elaborar candidaturas da CNIS, no âmbito do Portugal 2030.

Para a melhoria da eficácia e eficiência interna, incorporar medidas que contribuam para a promoção da igualdade de género, promover ações que permitam a inovação tecnológica e digitalização dos processos de trabalho e incorporar medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental, tudo ações no âmbito do Projeto CNIS.

Quanto ao apoio técnico à representação institucional da CNIS, as ações pretendem apoiar a preparação de intervenções a serem efetuadas pelos representantes da CNIS em diferentes eventos e das matérias a serem discutidas/enviadas nas/às diversas instâncias, elaboração de pareceres técnicos, nomeadamente relativos a matérias legislativas e de cooperação.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PAULO PEDROSO

Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE

Adolf Ratzka, a poliomielite e a vida independente

Os mais novos não conhecerão, e por isso não temerão, a poliomielite, mas os da minha geração conhecem-na. Tivemos vizinhos, conhecidos e amigos que viveram toda a vida com as sequelas de uma doença que deixava uma parte das suas vítimas com atrofia musculares, deformações dos membros, problemas respiratórios e dificuldades na fala e na deglutição.

A eficácia da vacinação permitiu que a doença fosse considerada erradicada na Europa há mais de 20 anos. Essa eficácia pode estar em risco porque, diz a OMS, as taxas de vacinação estão a descer (registre-se que Portugal é exceção nesse movimento neobscurantista que nos assola).

Por estes dias foi notícia que o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças põe a hipótese de que o vírus da poliomielite, encontrado em esgotos da Espanha, Alemanha e Polónia possa estar de novo em circulação, apesar de não serem conhecidos casos de pessoas infetadas.

Philip Roth, deu-nos, no romance *Nemesis*, uma aproximação literária à doença, partindo de um surto ocorrido em Newark em 1944. O protagonista, *Bucky Cantor*, um jovem animador desportivo infetado aos 23 anos, ficou, como muitas outras das suas vítimas, paralisado. Após a doença, *Bucky* afastou de si a namorada com quem ia casar e viveu com amargura e sentimento de culpa pelo seu destino e pelo dos jovens possivelmente infetados por si, esmagado pela fatalidade. A reação que Philip Roth imaginou para *Bucky* espelha a perceção da vida que era dada ainda há algumas décadas atrás, às pessoas com deficiências e incapacidades, consideradas vítimas de uma fatalidade para a qual havia que buscar os culpados e condenadas a uma vida menor.

Entre as vítimas da poliomielite na Europa encontramos uma das personagens mais marcantes do movimento pelos direitos das pessoas com deficiência.

Em 1961, um jovem alemão de 17 anos chamado Adolf Ratzka contraiu a doença. Adolf, tal como o personagem *Bucky Cantor*, ficou paralisado. A perspetiva de vida que o seu país, como quase todo o mundo, então lhe oferecia era a institucionalização prolongada e a vida infeliz que Philip Roth atribuiu a *Bucky*.

O jovem Adolf não se resignou. Conseguiu uma bolsa de estudo para os EUA, onde, quando chegou, em 1967, o movimento da vida independente dava os seus primeiros passos. Essa experiência proporcionou-lhe condições na altura ímpares: o apoio de um assistente pessoal e um veículo adaptado à sua deficiência física. Nessa sua experiência

americana entrou em contacto com os ativistas do movimento para a vida independente e as suas experiências pioneiras. Como o próprio disse décadas mais tarde à revista *Time* “Fui catapultado de uma existência vegetal num hospital alemão para um viveiro do ativismo *flower-power*”.

Regressado à Suécia em 1973, contaminou o seu país e a Europa, nas décadas seguintes, com a recusa do fatalismo para as pessoas com a sua condição e a exigência de oportunidades e políticas inclusivas. O seu contributo foi particularmente relevante para o desenvolvimento das políticas de desinstitucionalização.

Em 1984, fundou em Estocolmo uma cooperativa, em que centenas de pessoas com deficiência se associaram para pôr em prática um modelo de cuidado baseado nos princípios do poder do utilizador, a quem foi dado o poder de recrutar, formar e gerir os seus assistentes pessoais e do pagamento direto, através do apoio ao utente para gerir os seus custos e não a instituições. Uma década mais tarde fundou o Instituto para a Vida Independente na Suécia, que liderou até 2017.

Nas décadas seguintes, Adolf Ratzka organizou por toda a Europa movimentos de apoio à vida independente. Entre nós, apenas em 2017 foi criado a nível político um quadro de apoio a

pessoas com deficiência inspirado nesta visão, com a adoção do “modelo de apoio à vida independente” pelo Decreto-Lei Nº 129/2017, um dos frutos da passagem por funções governativas de uma ativista dos direitos das pessoas com deficiência, a Secretária de Estado Ana Sofia Antunes, ela própria uma pessoa cega.

Não é agora o momento de falar dos sucessos e das dificuldades da mudança de visão nas políticas para a deficiência em Portugal. Hei-de voltar a elas. Mas a notícia sobre o vírus da poliomielite, fez-me recordar Adolf Ratzka, falecido este ano, e as suas causas. Dezembro tem nos seus primeiros dias o dia internacional das pessoas com deficiência, celebrado desde 1992 a 3 de dezembro, procurando mobilizar as sociedades para o apoio à dignidade, aos direitos e ao bem-estar das pessoas com deficiência. O movimento da vida independente em que Ratzka mergulhou na Califórnia e que tanto advogou na Europa é um quadro de boa realização da vida digna para todos. Como ela dizia “a Vida Independente é sobre ter o mesmo leque de opções e o mesmo grau de autodeterminação que as pessoas sem deficiência têm garantidas.” Toda a diferença entre a realidade e este objetivo é responsabilidade nossa, coletiva.



HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

“Em novembro, é de abril e de maio que me lembro”

A Assembleia da República celebrou, em sessão solene, e pela primeira vez de modo formal, o dia 25 de Novembro, no contexto do programa das Comemorações dos 50 anos da Revolução do 25 de Abril.

Essa comemoração solene suscitou aplausos e repúdios.

Do lado dos aplausos, argumentou-se que foi verdadeiramente o 25 de Novembro a desenhar o sistema político demo-liberal que felizmente nos rege, ao restituir à pureza originária os ideais de Abril e ao afastar a ameaça de feição totalitária que contaminara parte da direcção político-militar da Revolução, principalmente nos meses entre Março e Novembro de 1975.

Não há como não concordar com essa avaliação, sobretudo para quem pretendia que o 25 de Abril significasse o corte com os princípios totalitários e as práticas persecutórias do anterior regime e não estivesse disposto a deixar que a Revolução libertadora viesse a transformar-se num regime idêntico ao da Ditadura derrubada em 25 de Abril, apenas de sinal contrário.

Do lado dos repúdios, alegava-se que o 25 de Novembro representara um corte com os ideais de Abril, constituindo antes uma verdadeira Contra-Revolução, que teria conduzido à perpetuação das desigualdades entre os cidadãos, que ainda hoje se verifica de modo chocante.

Mais se argumentou: que o 25 de Novembro constitui uma data que divide simbolicamente os portugueses, pelo que não deveria ser objecto de umas comemorações que se pretendiam nacionais; ao contrário do 25 de Abril, que, na perspectiva desses, uniria todas as correntes e todos os cidadãos.

(Entre os arguentes desse significado divisor – e, nessa medida, oponentes às comemorações –, encontrava-se o anterior Comissário Nacional para as Comemorações, Pedro Adão e Silva, bem como o anterior Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva.)

Tal como com os aplausos, não há como não concordar com alguma da argumentação que se manifestou no espaço público em oposição à comemoração solene da data de 25 de Novembro.

No entanto, algumas das razões não colhem: por exemplo, não é seguro dizer que, hoje, 50 anos passados sobre essa data fundadora de Abril, ela ainda seja factor de unidade que abranja todos os portugueses – uma vez que,

também entre nós, vão surgindo e espessando fenómenos de radicalismo populista a ensombrar o ambiente e vai-se igualmente disseminando um discurso hostil; ou, pelo menos, indiferente aos pobres e aos excluídos.

Para mal dos nossos pecados, comemorar Abril não recolhe, hoje, a unanimidade.

2 – Quando estudava Direito, em Coimbra, antes do 25 de Abril, as sebtas onde repousava a sabedoria dos mestres, ao exporem uma teoria ou ao enunciarem uma questão, seguiam um percurso discursivo que consistia na explicitação de uma posição da doutrina, contrapondo-lhe de seguida a posição da doutrina contrária; para terminar no enunciado da posição defendida pelo mestre, naturalmente a melhor, normalmente contendo elementos das duas em oposição, constituindo uma espécie de bissectriz.

Como diríamos hoje, uma Terceira Via, como a de Blair, ou, entre nós, Guterres, sob a epígrafe “social-democrata na economia, liberal no funcionamento do sistema político, conservador nos costumes”

(Que saudades!)

De modo que os festejos foram organizados segundo o modelo dos meus velhos mestres, catando uma coisa aqui, catrapiscando outra acolá, diminuindo a extensão dos discursos, procurando servir a dois senhores, agradando a uns e a outros, mas agradando pouco a todos; uns, porque queriam mais, outros, porque queriam menos.

Foi uma espécie de 25 de Abril de serviços mínimos.

Mas um estatuto de segunda divisão é sempre um estatuto menor.

A mim, parece-me que o que aconteceu em Portugal no dia 25 de Novembro de 1975 teve uma importância decisiva para o exercício das liberdades civis, para o bem-estar e para a paz social, virtudes que, de facto, se encontravam sob ameaça durante boa parte daquele ano de 1975.

Tão importante foi que é uma espécie de injustiça tratá-lo como um episódio secundário de um percurso instaurado em Abril de 1974.

Não são da mesma natureza, não se medem nem comparam pela mesma escala.

Vejo o que se passa comigo: sou devedor, ao 25 de Novembro, da circunstância de viver em

liberdade, no meu País, de poder escrever e publicar estas crónicas onde digo o que me apetece, sem censura.

E também por me ter permitido pertencer à Europa civilizada e viajar por ela, e por todo o vasto mundo, sem restrições.

Por pertencer àquela parte do mundo, o chamado Ocidente, onde se vive melhor, quer do ponto de vista das liberdades, quer da distribuição dos recursos.

Estou desse lado!

Sou devedor e reconheço a dívida. Mas quando penso no 25 de Novembro – e penso de forma agradecida – não sinto o coração a saltar no peito nem se me alarga a alma como quando evoco aquele Abril e Maio iniciais, cuja memória me leva a participar na manifestação popular anual de celebração das liberdades, na busca do aroma fresco e da festa que foi o daquele dia de Abril, há 50 anos.

3 - Percebo agora melhor, ao cumprir esse ritual tranquilo, as razões que levavam os opositores do regime de Salazar e Caetano, então vigente, a comparecerem, no 31 de Janeiro, no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto, na homenagem aos Vencidos dessa primeira Revolta republicana, também no Porto, ou no 5 de Outubro, em muitas localidades do País, a comemorar a República e a reiterar o seu amor à liberdade.

Também esses foram momentos e datas fundadoras.

Hoje, passados tantos anos, com a idade que então tinham essas figuras da Oposição, ao recordar as vezes em que, jovem estudante, acompanhava essas celebrações, pensando, na presumida verdura da idade, que se tratava de meros rituais, sem possibilidade de promover uma mudança efectiva da situação, percebo melhor o que movia esses velhos democratas que assim manifestavam a sua oposição a um regime iníquo.

No 25 de Abril, era eu um jovem. Passaram 50 anos – e fiquei velho, como os velhos republicanos que celebravam o 5 de Outubro e o 31 de Janeiro.

Consigo pôr-me na sua pele e comungar da mesma esperança no futuro; mas lembrando sempre que se, como se sabe, “não há mal que nunca se acabe”, o certo é que também “não há bem que sempre dure”.

FUNDAÇÃO AFID, LISBOA

A desinstitucionalização e os desafios das IPSS na deficiência intelectual vão estar em debate

No próximo dia 28 de janeiro, a Fundação AFID promove, no Auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, a conferência «A Desinstitucionalização», na qual será abordada uma das transformações mais relevantes no apoio às pessoas com deficiência intelectual.

Destinada a profissionais, famílias e comunidade em geral, a instituição considera que esta será uma oportunidade única de explorar caminhos para uma sociedade mais inclusiva e repensar a transição do modelo institucional para abordagens mais personalizadas e respeitadas da autonomia e dignidade individual. A Conferência é também uma oportunidade para debater as dificuldades específicas enfrentadas pelas IPSS na busca por oferecer cuidados e apoio de qualidade neste novo contexto.

Quanto ao programa, a Conferência «A Desinstitucionalização» terá início com uma apresentação de Alexandra Lopes, que abordará



os principais pontos e estratégias para que as IPSS possam enfrentar esta transição com resiliência e inovação. Ao longo de aproximadamente uma hora, a conferencista dará uma visão abrangente sobre as adaptações e as respostas institucionais que podem garantir uma desinstitucionalização segura, inclusiva e sustentável. Depois, Adalberto Ferreira conduzirá um debate,

com diferentes vozes e perspetivas: José Nogueira (especialista académico e político em políticas públicas), que abordará a estrutura e o impacto social da desinstitucionalização; Cristina Dias (diretora da Santa Casa da Misericórdia do Montijo), que partilhará o ponto de vista institucional, representando os desafios e avanços das IPSS; Familiar de um cliente da AFID, que oferecerá uma perspetiva pessoal sobre os impactos deste processo para as famílias; e um cliente da AFID, que trará uma visão única e autêntica sobre sua experiência de desinstitucionalização. Após o painel, haverá um espaço dedicado a perguntas e contribuições do público, promovendo uma troca de ideias para a construção de soluções que garantam um futuro mais inclusivo e respeitoso no apoio às pessoas com deficiência intelectual.

As inscrições decorrem até ao dia 24 de janeiro ou até lotação total do espaço.

PRÉMIO BPI SENIORES 2024

38 projetos distinguidos com um total de 1,4 milhões de euros



O Banco BPI e a Fundação "la Caixa" distinguiram 38 projetos de instituições sociais que vão beneficiar mais de 2.700 seniores em situação de vulnerabilidade, num valor global de 1,4 milhões de euros.

A Porto Business School, no Porto acolheu, a 14 de novembro, a cerimónia de entrega do Prémio BPI Seniores 2024, com os intervenientes a salientarem a importância de apoiar as pessoas mais velhas a enfrentar as dificuldades do isolamento, da solidão e do acesso a cuidados de saúde.

O Prémio BPI Seniores 2024 recebeu 222 candidaturas de projetos que visam garantir apoio socio-sanitário e psicossocial a pessoas em situação de doença, promover a vida autónoma dos seniores em casa e na comunidade ou assegurar o apoio integral em situações de especial vulnerabilidade ou isolamento social.

Cada um dos projetos premiados irá receber, em média, cerca de 37 mil euros para estimular respostas sociais em áreas prioritárias como, os

serviços domiciliários, as atividades artísticas e culturais, a capacitação de cuidadores, a literacia digital, a promoção e prevenção em saúde, a criação de redes de apoio voluntário e as sessões terapêuticas.

Projetos distinguidos no Prémio BPI Fundação "la Caixa" Seniores 2024: Aveiro - Santa Casa da Misericórdia do Concelho de Oliveira do Bairro, Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Aveiro, CiRAC - Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão e Centro Social Paroquial de S. Pedro de Nariz; Açores - Lar D. Pedro V; Beja - Santa Casa da Misericórdia de Beja; Braga - Centro Social de S. Tiago de Guilhofrei, Centro Social de Remelhe D. António Barroso, Sopro - Solidariedade e Promoção, Associação Cultural e Recreativa de Travassós e Centro Social Paroquial de Ribeirão; Bragança - AlmaTua - Associação para a Prevenção da Doença & Promoção da Saúde Mental; Castelo Branco - Centro Social Paroquial de Alcaide e Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense;

Coimbra - Associação de Desenvolvimento da Figueira da Foz e Associação Goltz de Carvalho - Associação Socio-Cultural; Faro - Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel; Guarda - Santa Casa da Misericórdia de Seia; Leiria - Centro Social Paroquial dos Pousos; Lisboa - Associação Oficina da Compaixão, Graal, Fundação Cardeal Cerejeira, Fundação AMI, Pedalar Sem Idade Portugal e Associação de Tempos Livres e Apoio à Família - «Os Putos Traquinas»; Portalegre - Cooperativa Operária Portalegrense; Porto - Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canaveses, AS - Associação de Solidariedade Social, Casa do Povo de Ermesinde, Ginásio COOP e CDI Portugal; Madeira - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal - Garouta do Calhau e Alzheimer Portugal - Delegação da Madeira; Viana do Castelo - Posto de Assistência Social de Alvarães; Viseu - Associação Grão Vasco, Santa Casa da Misericórdia de Santar, CSénior - Associação de Envelhecimento Ativo e Saudável e Obras Sociais do Povoal da CM e SM Viseu.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA LUZ, TORRES VEDRAS

II Jornadas do Bem-Estar debateram a temática dos cuidados paliativos

No passado dia 7 de novembro, o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Luz (CSPNSL), instituição sediada na freguesia de A dos Cunhados, concelho de Torres Vedras, promoveu, no Externato de Penafirme, as II Jornadas do Bem-Estar, este ano dedicadas ao tema dos «Cuidados Paliativos».

Perante um auditório lotado, as jornadas iniciaram-se com a sessão de abertura pelo presidente da Direção, diácono Horácio Félix, e pelo pároco, padre Rodrigo Alves. A referência à identidade, carisma e responsabilidade cristã foi o tema da palestra proferida pelo Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa, D. Nuno Isidro.

De seguida, Ana Mendes Godinho, ex-ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, referiu a importância das instituições na pandemia que a sociedade ultrapassou, vincando a diferença com a realidade de outros países em que as pessoas foram simplesmente abandonadas. A anterior governante lembrou que, entre os atuais desafios que se colocam às instituições e ao Estado, há o imperativo de reconhecer, regular e apoiar a prestação de cuidados de saúde prestados pelas diversas IPSS, cada vez mais prementes na atual situação pós-pandémica e de envelhecimento da população.

Num painel constituído por Manuel Luís Capelas, uma referência na área dos cuidados paliativos, Marta Granate, médica no CSPNSL, e Carla Neves, da equipa de cuidados paliativos do Centro Hospitalar do Oeste, foram revisitados conceitos e a organização dos cuidados paliativos em Portugal, partilhados os dilemas éticos, quer de quem faz o acompanhamento clínico nos lares, quer de quem recebe os residentes no hospital.

Por outro lado, ficou a saber-se que as equipas públicas existentes são claramente insuficientes, não cobrindo mais do que 30% das necessidades e funcionando somente entre as 8h00 e as 16h00.

Já, em termos de indicadores, entre 60 a 70% dos residentes em ERPI, devido às suas



comorbidades, reúnem critérios clínicos de necessidade de cuidados paliativos.

Falar de cuidados paliativos implica também falar da vida, da morte e do luto, processos complexos e interdependentes, e a isso se dedicaram Fernando Oliveira, assistente espiritual da Casa de Saúde do Telhal, uma Unidade de Saúde de referência em Psiquiatria, Saúde Mental e Reabilitação Psicossocial, e Carolina Félix da Fonseca, mestre em Cuidados Paliativos e com formação na área da Psicologia Clínica e Psicoterapia.

Um processo de acompanhamento bem realizado promove uma despedida serena e um luto mais breve e sem sentimentos de culpa, concluíram.

Durante as jornadas foi ainda apresentada, pela «Farmácia da Freguesia», o sistema de Preparação Individualizada de Medicação (PIM), que consiste na preparação e organização dos medicamentos, com recurso a um sistema robotizado. Este sistema minimiza a redução dos erros de administração da medicação prescrita, duplicação ou esquecimento e facilita a toma do medicamento certo, na dose correta e adequada.

Na senda da inovação social pugnada pela Direção do CSPNSL, foi apresentada uma sùmula do projeto «Luz de Conforto», iniciado em 2018, e que consistiu na promoção, tanto quanto possível e até ao fim de vida, do bem-estar, da dignidade e da qualidade de vida da pessoa doente, prestando cuidados médicos e de enfermagem, de serviço social e psicologia, para além de preparar e elucidar a família para as decisões éticas que terão de tomar. Consiste, ainda, na possibilidade de instalar nos domicílios equipamentos adequados à situação.

No final, o encerramento esteve a cargo da vice-presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Ana Umbelino, que tutela a área social, ao passo que Carlos César, vice-presidente da UDIPSS Lisboa, fez o resumo das diversas intervenções.

A Direção do Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Luz deixou a promessa da realização das III Jornadas do Bem-Estar, dedicadas ao tema “muito premente e presente nas nossas instituições”, como referiu o diácono Horácio Félix, que são as pessoas com doença mental.

CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM, VILA VERDE

Creche «Clube dos Pequenos» abre dia 16 de dezembro com horário das 6h30 às 00h30

A necessidade de uma resposta de creche com horário (bastante) alargado na cidade de Braga, “nomeadamente na zona da Universidade do Minho e do Hospital”, levou o Centro Social de Vale do Homem, em parceria com aquelas duas instituições a abrir o «Clube dos Pequenos», com um horário de funcionamento entre as 6h30 e as 00h30, todos os dias da semana, ao longo de todo o ano.

A creche, situada na Rua Caixas de Águas, em

Gualtar, irá também funcionar como berçário e foi pensada com o objetivo de consensualizar o horário de trabalho dos pais com turnos que extravasam os horários normais das valências.

O espaço vai acolher crianças entre os zero meses e os três anos de idade e tem sido alvo de uma procura elevada. Até novembro houve 444 inscrições, que, no entanto, tem uma lotação para 92 crianças.

Cada criança só pode frequentar a creche

durante 11 meses, garantindo-se um mês de férias e não pode estar mais de 11 horas na creche. No entanto, este período pode ser aumentado nos casos, por exemplo, de quem trabalha no Hospital do Minho, onde pode ter turnos de 12 horas.

Por outro lado, a partir de janeiro de 2025, o «Clube dos Pequenos» vai disponibilizar um serviço de «babysitting», a fim de apoiar quem precisa por estar a fazer uma cadeira em falta na Universidade ou por ter uma consulta no Hospital.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

EM VIGOR EM JANEIRO DE 2025

Complemento Solidário Para Idosos aumenta para 630 euros

O complemento solidário para idosos vai aumentar a partir de janeiro de 2025 passando o seu máximo mensal de 600,6 para 630,6 euros, de acordo com uma portaria publicada em Diário da República.

O aumento resulta de uma atualização de 4,99% do valor de referência do CSI, que passa a ser anualmente de 7.568 euros, um aumento de 360 euros face ao que estava em vigor desde junho (7.208 euros).

“No âmbito do Programa do XXIV Governo Constitucional, prevê-se o aumento gradual do valor de referência do CSI para o valor de 820 euros em 2028”, lê-se no preâmbulo da portaria publicada.

Com esse objetivo, o Governo realizou uma atualização extraordinária do valor de referência, com efeito desde junho deste ano.

O CSI “é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à Pensão de Velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 4 meses e residentes em Portugal”, indica o site da Segurança Social.

A referida portaria produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025.

DR



TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.

Mais de 900 parcerias de sucesso

Mais de 40 soluções personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Assistência técnica especializada

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas

PI

Plataforma Integrada WEB

Utentes

Bancos

Rendas

Associados Irmãos

Caixas e Pagamentos e Fornecedores

Qualidade 3ª Idade

Qualidade Infância e Juventude

sistemas de informação

+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt

ESTUDO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA

A ideia de trabalhar depois da reforma agrada a muita gente

Quase 43% dos inquiridos num estudo da Universidade Católica admite a possibilidade de trabalhar a tempo parcial após a idade da reforma, com predominância para os homens. “Os homens mostraram maior interesse em trabalhar após a reforma (54,1%) e uma maior concordância com o aumento da idade da reforma (72,5%). Por sua vez, as mulheres valorizaram mais o papel social das pessoas acima dos 55 anos”, lê-se no documento elaborado pelo Observatório da Sociedade Portuguesa da Católica.

A maioria dos inquiridos (51,7%) discorda totalmente do aumento da idade da reforma previsto para 2030.

No mesmo inquérito, a grande maioria dos participantes (73,3%) indicou não ter interesse em trabalhar após a reforma. Os mesmos dados revelam que 42,6% considera “provável ou muito provável” a possibilidade de trabalhar a tempo parcial após a idade da reforma, “demonstrando maior abertura para este regime de trabalho”.

Os autores do estudo investigaram as percepções e atitudes da população portuguesa relativamente à longevidade, bem como o interesse em continuar a trabalhar após a reforma. “Este tema assume particular relevância face à projeção da Comissão Europeia, que estima que, até 2030, a idade da reforma em Portugal deva atingir os 67 anos, impulsionada por um aumento projetado na esperança média de vida em cerca de oito anos”, justificam os investigadores. Para 2025, está já previsto que a idade da reforma aumente para 66 anos e sete meses.

O estudo foi realizado em julho, junto de 997 pessoas, e apresentou alguns resultados comparativos face a um inquérito de 2011. Nas principais áreas de contribuição das pessoas com mais de 55 anos, destacam-se cuidar dos netos (71%), trabalhar (69,4%) e

DR



consumir bens e serviços (68,7%). “Contudo, registou-se uma redução na valorização das contribuições financeiras e do cuidado familiar face a 2011, o que reflete mudanças nas percepções sociais ao longo do tempo”, assinalam os autores.

Os participantes entre os 30 e os 39 anos foram os que mais concordaram com o aumento da idade da reforma (30%). Já o grupo dos 40 aos 49 anos destacou-se pela maior probabilidade de trabalhar a tempo parcial após a reforma (52,8%) e pela importância atribuída ao cuidado dos netos e ao consumo.

As pessoas entre os 50 e os 59 anos demonstraram maior interesse em continuar a

trabalhar (29,6%) e atribuíram maior importância ao trabalho e ao voluntariado como contribuições significativas.

Mais de metade dos inquiridos (52,8%) demonstrou preocupação moderada com o aumento da proporção de pessoas com mais de 65 anos em Portugal, enquanto 28,4% manifestou muita preocupação.

Os autores do trabalho consideram que os dados evidenciam um aumento da consciencialização face ao envelhecimento demográfico, quando comparados com os resultados do Eurobarómetro de 2011 (15.4 p.p. para muito preocupado e 4.8 p.p. para razoavelmente preocupado).

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Cerca de 40% das terras do mundo estão degradadas

O mundo precisa de mil milhões de dólares diários para combater a desertificação, degradação dos solos e seca entre 2025 e 2030, segundo o último relatório da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD). O documento foi publicado durante a 16.ª conferência da ONU sobre combate à desertificação (COP16), que decorreu em Riade, na Arábia Saudita.

É necessário um investimento de 2,6 bilhões de dólares até 2030 para recuperar mais de mil milhões de hectares de terras degradadas e aumentar a resistência à seca, de acordo com o relatório “Investindo no futuro da terra: avaliação das necessidades de financiamento da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD)”.

Segundo o relatório, cerca de 40% das

terras do mundo estão degradadas, afetando mais de 3,2 mil milhões de pessoas, sendo que os custos mais elevados recaem sobre aqueles que menos podem pagar: comunidades indígenas, famílias rurais, pequenos agricultores e, em especial, jovens e mulheres.

A situação é agravada pelo aumento acentuado das secas (mais 29% desde 2000) e as projeções indicam que até 2050 três em cada quatro pessoas em todo o mundo poderão ser afetadas.

No entanto, apesar desta crise crescente, os investimentos necessários para cumprir os objetivos globais de recuperação de terras e de resistência à seca são insuficientes, ficando nos 278 mil milhões de dólares por ano.

As conclusões do relatório indicam que o financiamento para melhorar a terra está

a aumentar, mas “permanecem grandes lacunas”, ainda que os investimentos globais para combater a desertificação e a degradação da terra aumentaram de 37 mil milhões de dólares em 2016 para 66 mil milhões de dólares em 2022.

No entanto, são necessários 355 mil milhões de dólares por ano entre 2025 e 2030 para colmatar o défice de financiamento, o que se traduz num défice de 278 mil milhões de dólares.

De acordo com o documento, as perdas excedem os investimentos necessários: a desertificação, a degradação dos solos e a seca já custam à economia global 878 mil milhões de dólares por ano, muito mais do que os investimentos necessários para resolver esses problemas.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



As consequências económicas da vitória de Donald Trump

Donald Trump averbou uma vitória esmagadora nas últimas eleições americanas - ganhou no voto popular (não tinha sido assim em 2016), ganhou em todos os “estados oscilantes”, isto é, aqueles estados que alternam maiorias democráticas com maiorias republicanas, e o Partido Republicano ficou com a maioria das duas câmaras do Congresso.

Que esperar desta nova administração?

Se o período 2016-2020 serve como exemplo temos pela frente mais quatro anos de gestão caótica e incompetente, de decisões incongruentes ou mesmo incompreensíveis e de sistemática exibição narcisista do líder.

Nesta segunda encarnação talvez tudo isto venha com esteroides. Desde logo porque a maioria do congresso, tal como a presidência, é republicana quer na Câmara dos Representantes, quer no Senado, depois porque, ao contrário do que aconteceu em 2016-2020, desta vez, Donald Trump teve o cuidado de escolher uma equipa de absolutos lealistas no plano pessoal, ou seja, não vai defrontar forças moderadoras no interior da sua equipa. Finalmente o Supremo Tribunal, onde os cargos são vitalícios, tem uma maioria clara de ultra-conservadores que não vai ser peso ou contrapeso para coisa nenhuma.

Sobre as consequências políticas desta situação outros se manifestarão com mais propriedade que este vosso humilde criado.

Permito-me falar um pouco sobre as consequências na economia.

Tudo indica que a nova administração Trump vai ser inflacionária no plano da economia.

A economia americana está a crescer a ritmos anualizados próximos de 3%, provavelmente acima do seu potencial. A inflação, embora com um percurso globalmente descendente desde os picos de 2022, continua teimosamente acima dos canónicos 2%. Na última leitura, relativa a outubro, a linha de cima da inflação estava em 2,6%, ou seja, duas décimas acima do registo de setembro. Contudo, a inflação nuclear, excluindo os componentes mais voláteis, nomeadamente energia e comida, mantém-se nos 3,3%, ou seja, bem acima do que poderíamos considerar uma inflação bem comportada.

O presidente da Reserva Federal já veio avisar que, face a este cenário, o processo de redução das taxas de juro poderá ser mais parcimonioso do que se esperava.

O que conhecemos dos planos de Trump para a economia tenderão a agravar a tendência inflacionária.

Foi pelo menos assim que os mercados leram a vitória de Donald Trump. Expetativas de aceleração de crescimento económico levaram os mercados acionistas a crescer forte, perspetivas de desregulação levaram os setores mais expostos, o caso dos bancos, por exemplo, a ver as suas ações a subir bem acima da média do mercado, tensões inflacionistas expectavelmente mais pronunciadas levaram as taxas de juro da dívida americana a dez anos a aumentar e, finalmente, em resultado de tudo isto o dólar reforçou.

No plano fiscal, as promessas de redução de impostos são, por si mesmas, inflacionárias. A desregulação, em particular, no que diz respeito ao sistema bancário é também, por natureza, inflacionária.

Juntemos ao impulso fiscal e à desregulação a promessa de “deportação em massa” de emigrantes.

O mercado de trabalho americano está razoavelmente apertado. As taxas de desemprego estão em níveis historicamente baixos com o registo de outubro nos 4,1%, ou seja, pouco acima dos mínimos observados no passado recente. Os salários horários nominais continuam a aumentar na casa dos 4% anualizados. O que os números mostram é que, apesar do brutal aperto do lado monetário dos últimos anos (não obstante o alívio recente), os impactos no mercado de trabalho têm sido relativamente moderados. Talvez seja essa a razão porque a inflação, não obstante a tendência geral de descida, se mostra tão renitente em entrar nos carris da ortodoxia.

Muito provavelmente a emigração é uma parte importante desta narrativa. Se subitamente a oferta de trabalho diminuir significativamente devido à expulsão de emigrantes, poderemos assistir a um mercado de trabalho ainda mais apertado, com taxas de desemprego ainda mais baixas e variações salariais mais fortes. Provavelmente as subidas dos salários serão mais pronunciadas nos setores mais afetados pela emigração, ou seja, os setores de serviços de baixa produtividade e baixos salários. Sabemos como no setor dos serviços a inflação dos preços é particularmente sensível à variação dos salários nominais, os quais constituem o grosso dos custos de produção. Sabendo que os serviços representam a maior fatia do índice

de inflação podemos imaginar como uma política drástica de expulsão de emigrantes pode ter um impacto inflacionário significativo.

Finalmente as tarifas. Donald Trump, o eterno obcecado com o deficit comercial americano, durante a campanha eleitoral sugeriu uma tarifa geral sobre as importações entre 10 e 20% e, para aumentar a pressão sobre a China, a imposição de direitos de 60% sobre as importações vindas do império do meio.

Demagogia eleitoral à parte, é tudo menos claro o que, de facto, Donald Trump pretende com as tarifas. Alguns próximos do presidente eleito dizem que, com exclusão da China, com quem o caso é mais sério, se trata apenas de uma estratégia negocial. Veremos!

Seja como for, a política geral de tarifas é inflacionista. Os exportadores podem diminuir as suas margens com vista a evitar uma subida brusca de preços nos mercados de destino, eventualmente a desvalorização das moedas dos países exportadores em relação ao dólar também ajudarão a compensar o fardo das tarifas, mas no final das contas algum impacto sobre a inflação será inevitável. Contrariamente ao que afirma Donald Trump uma parte dos custos das tarifas serão pagos pelos consumidores americanos.

Claro que se pode dizer – e é verdade – que o putativo efeito inflacionista das tarifas é absorvido todo de uma vez e que, depois as coisas tenderão a normalizar.

Contudo, há duas coisas que provavelmente não vão normalizar. Nem as contramedidas dos países visados pelas tarifas vão desaparecer, uma vez passado o primeiro impulso inflacionista, nem a revalorização do dólar será fácil de evitar e reverter.

Os Estados Unidos são atualmente o quarto destino das exportações portuguesas pelo que o tema das eventuais tarifas sobre as importações americanas e da respetiva dimensão não nos é de todo indiferente. Eventualmente, se o dólar ficar mais forte, poderemos ganhar alguma coisa no turismo, sendo que o mercado americano já é um dos maiores emissores para o turismo português.

Se aquilo que atormenta mesmo Donald Trump é o deficit comercial americano, o mais provável é que a sua estratégia política faça pouco para o encolher, contudo, pelo caminho fará muito mal à América e ao mundo.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Olaria Pirraça, Redondo. Alentejo

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ONU PRECISA DE 45 MIL MILHÕES DE EUROS

300 milhões de pessoas à espera de ajuda humanitária em 2025

A ONU pede à comunidade internacional fundos no montante de quase 45 mil milhões de euros para prestar ajuda humanitária crítica a 190 milhões de pessoas em 2025, numa altura em que “o mundo está em chamas”.

O apelo às doações é feito no tradicional “panorama humanitário global”, que as Nações Unidas publicam em dezembro de cada ano, com uma avaliação anual das necessidades humanitárias a nível mundial e os recursos reclamados para apoiar os mais carenciados.

De acordo com as estimativas da ONU, 305 milhões de pessoas em todo o mundo necessitarão de assistência humanitária no próximo ano, e o apelo para fundos num montante global de 47 mil milhões de dólares (cerca de 44,6 mil milhões de euros) é feito já com base em “planos de resposta cuidadosamente priorizados”, e que visam prestar ajuda crucial a 190 milhões de pessoas em 32 países e nove regiões de acolhimento de refugiados.

No “panorama humanitário global” publicado pelo Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), a ONU, comentando as várias crises em curso, argumenta que “o mundo está em chamas”, pois “os conflitos armados estão a intensificar-se em termos de frequência e brutalidade”, obrigando quase 123 milhões de pessoas a fugir das suas casas, ao mesmo tempo que “as catástrofes provocadas pelo clima estão a devastar comunidades, a devastar sistemas alimentares e a provocar deslocamentos em massa”.

“Entretanto, as crises mais antigas continuam por resolver, com o apelo humanitário médio a prolongar-se atualmente por uma década”, assinala o OCHA, dirigido desde 18 de novembro passado pelo britânico Tom Fletcher, o novo subsecretário-geral das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários e Coordenador da Ajuda de Emergência.

Segundo o “panorama” mundial elaborado pela ONU, a região da África Austral e Oriental acolhe o maior número de pessoas necessitadas (85 milhões), sendo que “a crise catastrófica no Sudão” representa 35 por cento do total na região, seguindo-se o Médio Oriente e o Norte de África, onde 59 milhões de pessoas necessitam de assistência e proteção, e a África Central e Ocidental (57 milhões de pessoas necessitadas).

Para Moçambique, mais uma vez o único país africano de língua oficial portuguesa (PALOP) contemplado no plano anual de ajuda humanitária da ONU, o OCHA estima a necessidade de um financiamento na ordem dos 485 milhões de dólares (461 milhões de euros), para prestar ajuda a cerca de dois milhões de moçambicanos. Em 2024, aponta o gabinete, ao dar conta de exemplos de ajuda prestada por todo o globo no ano que agora finda, 445 mil mulheres e crianças em Moçambique beneficiaram de ajuda nutricional.

Indicando que, na América Latina e nas Caraíbas, 34 milhões de pessoas

estão carenciadas, incluindo 15 milhões afetadas pela crise na Venezuela, o relatório dá conta ainda de 15 milhões de pessoas que continuam a passar necessidades na Europa, devido à guerra em curso na Ucrânia.

Tal como sucedeu no ano anterior, verifica-se um grande défice de financiamento para a prestação de ajuda humanitária, com o OCHA a sublinhar hoje que, “apesar da generosidade de longa data dos doadores, os défices de financiamento persistem”, apontando que, “em novembro de 2024, apenas 43% dos apelos [a doações] de 50 mil milhões de dólares [47,5 milhões de euros] para esse ano tinha sido satisfeito”, tendo este subfinanciamento “consequências bastante graves”.

A ONU aponta, no entanto, que “o obstáculo mais importante para a assistência e a proteção das pessoas em conflitos armados é a violação generalizada do direito internacional humanitário”, sublinhando que “2024 é já o ano mais mortífero para trabalhadores humanitários”, sendo que “a grande maioria das vítimas são trabalhadores humanitários nacionais”.

“O sofrimento por detrás dos números é ainda mais inconsciente por ser causado pelo homem. As guerras em Gaza, no Sudão e na Ucrânia são marcadas pela ferocidade e intensidade da matança, pelo completo desrespeito pelo direito internacional e pela obstrução deliberada do esforço do nosso movimento humanitário para salvar vidas”, declarou que Tom Fletcher, .

“No entanto, apesar destes desafios, as agências humanitárias chegaram a quase 116 milhões de pessoas em 2024, prestando serviços vitais de alimentação, abrigo, cuidados de saúde, educação e proteção”, assinala o OCHA.

DR



Lavandarias Profissionais IPSS

Miele

Parceiro Oficial

Miele

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt